

Informativo da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais - APEMINAS - Ano 4 - nº 10 - janeiro/fevereiro/março de 2011

www.apeminas.org.br


Belo Horizonte sediará o próximo Congresso Nacional dos Procuradores de Estado, em setembro. Esta decisão foi tomada durante a realização deste evento em âmbito nacional, em Maceió, durante o último mês de novembro. Com o slogan “*Belo Horizonte 2011 – Uma questão da classe*”, a delegação mineira desencadeou campanha para convencer os colegas sobre a necessidade de se realizar o Congresso na capital mineira. Entre as várias razões apontadas durante os trabalhos, sobressaíram-se a situação remuneratória atual dos procuradores em Minas – a 3ª pior do Brasil –, a necessidade de maior respeito às prerrogativas da classe e o fato de Minas não sediar este evento desde 1996. Votaram todos os presidentes das Associações de Procuradores de Estado pelo Brasil e decidiram em favor de Minas com vistas ao fortalecimento da classe no Estado.



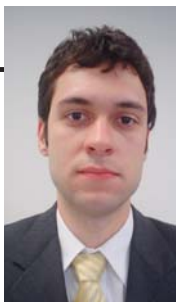
Leia também

Aposentados no esquecimento

Dar de ombros para aqueles que defenderam o Estado por mais de três décadas. Este é o posicionamento do governo mineiro em relação aos aposentados que tiveram redução remuneratória superior a 50%. A APEMINAS tem se esforçado para reverter este quadro, mas, esbarra em questões legais votadas pelos parlamentares mineiros. Nesta edição, o *Res Pública* traz matéria com panorama geral da grave situação dos inativos da Advocacia Geral do Estado. Leia mais na página 12

Entrevista: Luís Cláudio Chaves

O presidente da OAB/MG, Luís Cláudio Chaves concedeu entrevista ao *Res Pública*. Nela, ele fala sobre o primeiro ano de mandato à frente da entidade da advocacia mineira, planos para o futuro e posicionamento da Seccional perante os problemas atuais da carreira dos procuradores do Estado de Minas Gerais. Ainda durante a entrevista, Chaves reiterou a necessidade de se obedecer as funções privativas dos advogados públicos, todas estas previstas pelas Constituições Federal e Mineira. Ele teve o apoio da Associação dos Procuradores do Estado durante as últimas eleições na OAB/MG, quando foi eleito.



JUAREZ RAPOSO,
procurador do
Estado e diretor
de Convênios da
APEMINAS

Palavra da Diretoria

Chegou o quarto ano de nosso jornal institucional Respublica. Posso dizer que se trata de "nosso" jornal, ou seja, de todos nós Procuradores do Estado de Minas Gerais. Mas não só, trata-se de um respeitado informativo voltado à busca e preservação da eficaz representatividade e defesa deste Estado e de todo o seu povo, por consequência. Também comemoramos a realização do excelente e nacionalmente prestigiado II Congresso de Procuradores do Estado de Minas Gerais, realizado em outubro de 2010. Como não poderia deixar de ser, iremos comemorar o oitavo ano da APEMINAS, constantemente construída sobre uma base de extrema solidez.

Vejam, pois, que muitas são as recentes comemorações, todas exclusivamente decorrentes da prestigiada, louvada e respeitada intelectualidade jurídica e associativa daqueles colegas, procuradores, que cotidianamente buscam efetivar o nome da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, não só no universo jurídico, mas no mundo político e social.

Por outro lado, continuamos esperando a real, efetiva e necessária participação do Estado de Minas Gerais nos futuros atos a serem comemorados, porquanto sabemos que o maior beneficiário, obviamente, é o próprio ente federativo e seu povo.

Como inúmeras vezes dito neste jornal e em vários meios de comunicação, 24 (vinte e quatro) estados da federação já promovem o que denominamos de "tratamento constitucional adequado", aquele previsto constitucionalmente e que condiz com as atribuições e responsabilidades impostas ao cargo de Procurador de Estado. Infelizmente, Minas Gerais, um dos Estados mais ricos do país, não está compreendido entre os que promovem o justo e necessário tratamento remuneratório e institucional ade-

Muitos dos procuradores ficaram "espantados" ao tomar conhecimento da real e desestimulante situação dispensada aos procuradores mineiros, mormente em vista da dita esplendorosa gestão governamental proclamada país afora

quando aos seus legítimos representantes e consultores jurídicos, Procuradores do Estado. Traduzindo em números a situação, dos 153 candidatos nomeados do último concurso, apenas 87 (oitenta e sete) continuam na carreira, conforme lista de antiguidade publicada no dia 18 de janeiro de 2011, no "Minas Gerais". Em situação diametralmente oposta, a Advocacia-Geral do Estado, no ano de 2010, arrecadou R\$ 664 milhões em dívida ativa tributária, um aumento de 181,89 % em relação ao ano de 2009, graças ao trabalho dos seus procuradores.

Presente no último Congresso Nacional de Procuradores de Estado, realizado em Macaíó, em novembro de 2010, pude notar o

A participação de todos nós, Procuradores do Estado de Minas Gerais, no cotidiano da APEMINAS, em suas reuniões, assembleias e congressos é de vital importância para mostrarmos e ratificarmos a nós mesmos e aos nossos governantes a importância e responsabilidade jurídica, política e social de todos nós, preservadora da moralidade pública e eficiência administrativa

orgulho e estímulo dos procuradores das demais unidades federativas ali presentes. Sentem-se bem valorizados por seus estados, não só quanto à questão remuneratória e previdenciária, mas, também, quanto à política de aperfeiçoamento e valorização funcional.

Muitos dos procuradores de tais unidades federativas ficaram "espantados" ao tomar conhecimento da real e desestimulante situação dispensada aos procuradores mineiros, mormente em vista da dita esplendorosa gestão governamental proclamada país afora. Uns poucos, porém, limitaram-se a nos dar uma pesarosa manifestação de solidariedade.

Como amplamente divulgado, Minas Gerais foi escolhido para sediar o XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, momento importantíssimo para mostrarmos, in locu, aos colegas dos quatro cantos do país, o tratamento concedido aos procuradores mineiros. Espero e acredito que todos nós, inclusive o atual governo, queremos mostrar verdadeiramente o que há de melhor na terra das alterosas, sendo que, o melhor, sem sombra de dúvidas, há de ser o orgulho de sermos Procuradores do Estado de Minas Gerais, onde haveremos de ser respeitosa e adequadamente tratados pelo nosso representado, em todos os aspectos.

Por isso, a participação de todos nós, Procuradores do Estado de Minas Gerais, no cotidiano da APEMINAS, em suas reuniões, assembleias e congressos é de vital importância para mostrarmos e ratificarmos a nós mesmos e aos nossos governantes a importância e responsabilidade jurídica, política e social de todos nós, preservadora da moralidade pública e eficiência administrativa. "Há quem acredite que o destino descansa nos joelhos dos deuses, mas a verdade é que trabalha, como um desafio candente, sobre as consciências dos homens" (Eduardo Galeano).

Mostremos, pois, a nova face que irá perpetuamente marcar a carreira de Procurador do Estado de Minas Gerais, não mais como motivo de "espanto" decorrente do atual tratamento inadequado despendido em nosso ente federativo, mas, sim, como objeto de parâmetro positivo às demais carreiras jurídicas.

Libertas Quæ Sera Tamen.

Expediente

respublica

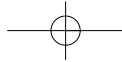
Presidente
João Lúcio Martins Pinto
Vice-Presidente
Jaime Nápoles Villela
Tesoureiro
Geraldo Ildebrando de Andrade

Diretora de Secretaria
Aline Guimarães Furlan
Diretora Social
Ilma Maria Correa Silva
Diretora de Relações Institucionais
Liana Portilho Mattos
Diretor de Comunicação
Ricardo Adriano Massara Brasileiro

Diretor Representante dos Aposentados
Gilvan de Pinho Tavares
Diretor de Convênios
Juarez Raposo de Oliveira
Diretor Jurídico
Alessandro Castelo Branco
Jornalista responsável
Júlio Anunciação - Mtb 10.341 JP

Projeto Gráfico e Diagramação
Marcelo Ramos
Tiragem: 4 mil exemplares

Anunciatto
COMUNICAÇÃO
www.anunciatto.com



Belo Horizonte 2011

APEMINAS tem vitória em Maceió e traz Congresso Nacional para BH



Durante Congresso Nacional em Maceió, Minas foi escolhida para sediar o evento em 2011

Belo Horizonte sediará o próximo Congresso Nacional dos Procuradores de Estado, em setembro. Esta decisão foi tomada durante a realização deste evento em âmbito nacional, em Maceió, durante o último mês de novembro. Com o slogan “*Belo Horizonte 2011 – Uma questão da classe*”, a delegação mineira desencadeou campanha para convencer os colegas sobre a necessidade de se realizar o Congresso na capital mineira. Entre as várias razões apontadas durante os trabalhos, sobressaíram-se a situação remuneratória atual dos procuradores em Minas – a 3ª pior do Brasil –, a necessidade de maior respeito às prerrogativas da classe e o fato de Minas não sediar este evento desde 1996. Votaram todos os presidentes das Associações de Procuradores de Estado pelo Brasil e decidiram em favor de Minas com vistas ao fortalecimento da classe no Estado.

A candidatura de Minas Gerais contou com o apoio do Governo do

Estado, da Prefeitura de Belo Horizonte e da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais (OAB/MG). Estes enviaram cartas assinadas pelo governador Antonio Anastasia, pelo prefeito Márcio Lacerda e pelo presidente, Luís Cláudio Chaves, respectivamente, para declarar apoio irrestrito à realização do evento em Belo Horizonte.

Segundo o presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto, essa “vitória” dos procuradores mineiros foi muito importante, pois, além do apoio maciço recebido dos colegas procuradores de todo o Brasil, o próprio governo do Estado já demonstra que caminha no sentido de valorizar e fortalecer a advocacia pública. Uma prova foi a carta assinada pelo governador Anastasia em defesa da realização do Congresso em Minas. “Temos realmente uma mobilização em torno de nossa condição remuneratória. A disparidade salarial em relação a outros Estados é enorme, o que até nos causa certo constrangimento em encontros com

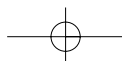
colegas durante eventos nacionais. Todavia, entendo que o Governo já sinaliza que está disposto a corrigir esta distorção neste mandato e espero que isso realmente aconteça”, disse.

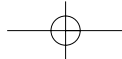
Ainda segundo ele, será fundamental, durante o Congresso, demonstrar a excelência dos quadros da Advocacia Pública Mineira, oportunizar interlocução com diferentes segmentos da comunidade jurídica e do Governo, trocar experiências com os outros Estados, além de fortalecer a mobilização dos procuradores em torno de um objetivo comum.

Os preparativos para o Congresso já se iniciaram e um grupo coordena a parte científica do evento. Foi escolhido como tema principal “*Advocacia Pública, Eficiência Administrativa e Resultados Sociais*”. Fazem parte desta coordenação os procuradores do Estado, Alessandro Castelo Branco, Jaime Nápoles Villela, Luísa Cristina Pinto e Netto e Lyssandro Norton Si-

queira. Segundo justificativa assinada pela Comissão, mostra-se inadiável a discussão específica acerca da eficiência do Estado na busca dos resultados sociais impostos pela Constituição de 88, que tornou explícita a obrigatoriedade de a Administração Pública atuar de forma eficiente. “A eficiência é assim erigida como pressuposto de qualquer atuação estatal, em todos os Poderes constituídos, devendo ser perseguida desde o planejamento, com a definição das políticas públicas, até a respectiva implementação e controle, necessariamente visando a alcançar os resultados sociais impostos constitucionalmente, respeitados os demais princípios reitores da atividade do Estado”, diz o documento editado pela Comissão.

Outro importante fato apontado pela Comissão Científica é o de que Minas vem reiteradamente em busca de adotar instrumentos e medidas consentâneas à idéia de eficiência, podendo o exemplo





4 Informativo da APEMINAS - Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais - Ano 4 - nº 10 - janeiro/fevereiro/março de 2011

mineiro ser revisitado para expor seus êxitos, apontar rotas a serem repensadas e corrigidas, e examinar em que ainda precisa avançar.

Este tema será discutido durante o Congresso mediante a troca de experiências, abordando algumas das principais matérias que hoje são objeto das lides em que o Estado é parte ou interessado, na busca de soluções que permitam sempre a consecução do interesse público e o esperado resultado social. Ainda será abordada a atuação preventiva como um dos instrumentos, por excelência, do Estado eficiente.

De acordo com o vice-presidente da APEMINAS, Jaime Nápoles Villela, a realização do Congresso em Minas Gerais se mostrou mais do que um desejo da APEMINAS, mas, sim, uma demanda de toda a classe, preocupada com a disparatada situação remuneratória da carreira em Minas Gerais, o que se evidenciou pela gigantesca margem com que Belo Horizonte foi escolhida em relação aos concorrentes. “Tenho convicção de que o XXXVII Congresso Nacional de Procuradores do Estado será um marco no resgate da dignidade da advocacia pública mineira”, afirma.



Presença da delegação mineira foi fundamental para decisão favorável a Minas



A procuradora do Estado, Raquel Urbano, proferiu palestra durante o evento

Apoiadores comemoram conquista

O presidente da OAB/MG, Luís Cláudio Chaves (entrevistado do *Res Publica* nesta edição) recebeu com euforia a notícia. Segundo ele, isto vem para fortalecer a classe de procuradores em Minas Gerais e quem sabe possa ser um prenúncio de dias melhores para os advogados públicos mineiros, enfaticamente em relação à questão remuneratória. “Sabemos do problema vivenciado pelos procuradores, donos de um dos piores salários do Brasil. Mas também posso afirmar que o governador Anastasia não medirá esforços para melhorar

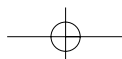
esta situação. Fato este provado pelo apoio dado oficialmente à realização do Congresso em Belo Horizonte”, frisa.

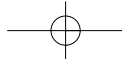
Em sua manifestação, o advogado-geral do Estado, Marco Antônio Romanelli, afirmou que sediar a 37ª edição do Congresso Nacional dos Procuradores em 2011 é uma conquista para o Estado de Minas Gerais, que por tradição histórica posiciona-se pela defesa da liberdade, da Constituição e do Estado Democrático de Direito. “Para a Advocacia-Geral do Estado (AGE), o evento representa uma importante oportunidade

para os procuradores do Estado ampliarem o debate jurídico sobre temas relevantes e atuais da advocacia pública, bem como da própria carreira”, ressalta.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, será uma honra para a cidade mais uma vez abrir suas portas para sediar o Congresso Nacional de Procuradores de Estado, momento em que os advogados atuantes no Poder Executivo se reúnem para tratar questões relacionadas à classe e, certamente, reafirmar suas responsabilidades para com o poder público e a sociedade.

“Certamente, a realização desta 37ª edição do evento em território mineiro vem reafirmar o relevante serviço prestado pelos nossos procuradores de estado, que cumprem inegavelmente bem suas funções, dando o aporte necessário àqueles a quem foi concedida a função de governar. O sucesso do administrador público é intrínseco ao trabalho desse valoroso profissional, pautado pela ética e que acompanha com olhar atento e sério as ações dos governantes. Com isso, também contribuem para o fortalecimento e consolidação da democracia”, diz.





Em foco

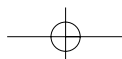


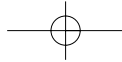
A APEMINAS, sob a coordenação da procuradora do Estado Erika Gualberto, realizou campanha de arrecadação de donativos para a Fraternidade Espírita Irmã Rosália, situada no bairro Citrolândia, em Belo Horizonte. Todos os domingos, a casa atende cerca de 200 crianças carentes que moram na região. Nesta ação, foram organizados kits de materiais escolares (foto) separados por faixa etária. Quando chegam à Fraternidade, as crianças recebem o café da manhã e depois vão para a aula de evangelização e, quando vão embora, jantam sopa. A casa tem oito anos e já há cinco iniciou a campanha com materiais escolares. Todos os kits arrecadados já foram encaminhados à entidade.

Foi realizada no dia oito de fevereiro último, no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a cerimônia de posse dos novos diretores da instituição. São eles o presidente Antônio Carlos Andrada, a vice-presidente, Adriene Andrade e o corregedor, Sebastião Helvécio. O presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto compareceu ao evento e se encontrou com o deputado federal, Bonifácio Andrada, autor da PEC 443 (foto). Estiveram presentes, entre outras autoridades, o governador do Estado, Antonio Junho Anastasia; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Costa; o procurador geral de Justiça, Alceu José Torres Marques e dois ex-governadores do Estado: Francelino Pereira e Eduardo Azeredo. A OAB/MG esteve representada pelo presidente Luis Cláudio da Silva Chaves. Andrada é professor licenciado da PUC/MG, de Direito Constitucional e Ciência Política, especialista em Direito Público e em Controle da Administração Pública na Universidade Gama Filho e foi mestrando em Direito e Instituições Políticas pela Fumec. Foi vereador, prefeito de Barbacena e deputado estadual por duas legislaturas. No Tribunal de Contas, onde tomou posse como conselheiro em fevereiro de 2006, foi o coordenador-geral da Comissão Especial instituída para elaboração de anteprojetos para a reforma da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal de Contas.



O presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto participou do 1º Encontro de Jovens Advogados do Sudeste, promovido pela Seccional mineira na OAB, através de sua Comissão OAB/Jovem, com a participação de mais de 600 profissionais com menos de cinco anos de formatura. O evento aconteceu no Hotel Mercure, em Belo Horizonte. Entre os principais assuntos debatidos teve destaque a grande bandeira defendida hoje pelos jovens advogados de Minas: a quebra da cláusula de barreira, ou a redução do prazo atual de cinco anos para três anos em que o jovem advogado fica impedido de se candidatar a qualquer cargo eletivo da OAB. Estiveram presentes, entre outras autoridades, o presidente da OAB/MG, Luis Cláudio Chaves, ex-presidente do Conselho Federal, Cezar Britto; o ex-presidente e conselheiro federal, Raimundo Cândido Júnior; o desembargador Paulo Roberto Sifuentes Costa, representando o presidente do TRT – 3ª Região, desembargador Eduardo Lobato; a professora Maria Sylvia Zanella e o presidente da Comissão Nacional dos Advogados em Início de Carreira, Paulo Marcondes Brincas. Na foto estão João Lúcio, o presidente da OAB/Jovem, Fabrício Almeida e o conselheiro seccional, Donald Almeida.





Entrevista: presidente da OAB/MG Luís Cláudio Chaves

“Espero que a remuneração justa seja mais uma de muitas conquistas da classe”

“A representação judicial e a consultoria jurídica das unidades federadas são exercidas pelos procuradores do Estado, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB em todas as suas fases”. Este trecho da Constituição da República foi uma das respostas do presidente da Seccional mineira da OAB/MG, Luís Cláudio Chaves em entrevista ao *Res Publica*. Ele acaba de encerrar o primeiro ano como líder da advocacia mineira. Chaves também respondeu questões sobre a remuneração dos procuradores do Estado em Minas, posicionamento do Governo em relação a esta questão, o apoio dado pela entidade pela realização do Congresso Nacional de Procuradores do Estado em Belo Horizonte este ano, entre outras.

Chaves ingressou na entidade ainda no início da carreira na advocacia e fundou a Comissão OAB/Jovem. Foi assessor da CAA/MG, conselheiro suplente, conselheiro titular, diretor tesoureiro, vice-presidente e, agora, presidente da Seccional. Confira a entrevista.

Res Publica - Como foi sua trajetória nos quadros da OAB/MG até ocupar a presidência da entidade?



Luís Cláudio Chaves - Pela OAB e pela advocacia estou sempre disposto a trabalhar de graça. O trabalho não remunerado, a ausência da família e do escritório são superados pelas conquistas da classe, pelo reconhecimento dos colegas e pelas amizades que tenho com advogados por todo lado. Comecei ainda jovem na OAB. Fui assessor da CAA/MG, conselheiro suplente, conselheiro titular, presidente de comissão, diretor tesou-

Muitas conquistas já foram alcançadas com apoio do professor Anastasia. Espero que a remuneração justa seja mais uma de muitas conquistas da classe

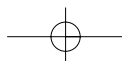
reiro, vice-presidente e, agora, presidente da Seccional. A função e o cargo não me seduzem, mas o resultado de um trabalho sim.

RP - Você é reconhecidamente um porta-voz do jovem advogado. Recomendaria a algum destes ingressar na carreira como procurador do Estado? Por que?

LC - Sim. Muitos alunos querem fazer concursos públicos. As funções da advocacia pública são muito promissoras. Ademais, no caso específico do procurador do Estado, a lei e a sociedade reconhecem a relevância da advocacia de estado e não de governo como garantia da preservação do patrimônio público estadual. Minas Gerais precisará sempre de bons procuradores que atuem de forma preventiva ou contenciosa em defesa do Estado.

RP - O senhor já foi defensor público. Por que resolveu não seguir nesta carreira?

LC - A Defensoria Pública ainda não era estruturada como é hoje. A carreira apenas engatinhava. Foi um grande aprendizado para mim, em es-



pecial na área de família. Lá eu aprendi a advogar. Tenho bons amigos do meu tempo. Todavia, as atividades da advocacia privada, do magistério e da própria OAB consumiram meu tempo.

RP - Com este primeiro ano de gestão como presidente da Ordem terminado, o que ainda podem esperar os advogados mineiros?

LC - Muita dedicação e trabalho na defesa das prerrogativas profissionais, do controle ético disciplinar, na expansão dos serviços para a classe, em especial na área do conhecimento – cursos, palestras e congressos – e da revitalização das salas da OAB dotando-as de boa estrutura. Vamos lançar o cartão de crédito com vantagens na anuidade.

RP - Qual a sua opinião em relação à remuneração concedida aos procuradores do Estado atualmente, uma das piores do Brasil?

LC - O Governador é da área jurídica e certamente sabe reconhecer o valor do trabalho dos procuradores estaduais. Muitas conquistas já foram alcançadas com apoio do professor Anastasia. Espero que a remuneração justa seja mais uma de muitas conquistas da classe. Investir na qualificação dos procuradores é garantia para o Poder Público e para população. A remuneração não adequada a importância da função causa migração para outras carreiras jurídicas, desfalcando a defesa dos interesses de nosso estado.

RP - Minas sediará o próximo Congresso Nacional dos Procuradores do Estado e a OAB/MG apoiou a candidatura oficialmente em carta. Muito desta conquista se deu pela vontade dos colegas de classe em ver os advogados públicos mineiros em melhor situação. A Seccional mineira da OAB também é solidária à busca

dos procuradores por dias melhores? Como a entidade pretende ajudar a classe neste sentido?

LC - A OAB/MG não só apóia o Congresso, como as reivindicações e projetos da classe. Temos vários conselheiros seccionais, eleitos pelos advogados mineiros, que são procuradores do Estado. Somos parceiro institucional da Ape Minas. Minas é, por excelência, formadora de grandes advogados, tanto na área privada como pública. Nosso desafio é valorizar, sempre a advocacia. A defesa dos interesses do nosso estado estão nas mãos de advogados públicos que, em decorrência disso, precisam da atenção da OAB na defesa de seus direitos e prerrogativas. Não há Estado eficiente sem uma procuradoria competente, independente e atuante. Os procuradores do Estado de Minas Gerais carecem do reconhecimento público pelo ótimo desempenho.

RP - Qual a sua visão em relação à presença de advogados não concursados em cargos de função privativa de procuradores?

LC - A Constituição da República, que juramos defender, responde a pergunta. A representação judicial e a consultoria jurídica das unidades federadas são exercidas pelos procuradores do Estado, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de con-

Espero que a remuneração justa seja mais uma de muitas conquistas da classe. Investir na qualificação dos procuradores é garantia para o Poder Público e para população

Minas Gerais precisará sempre de bons procuradores que atuem de forma preventiva ou contenciosa em defesa do Estado

curso público de provas e títulos, com a participação da OAB em todas as suas fases. A Constituição do Estado de Minas Gerais prevê a obrigatoriedade do concurso público no art. 128, que disciplina a Advocacia do Estado.

RP - A OAB/MG vem dando apoio às campanhas publicitárias da APEMINAS. Por quê?

LC - Porque acredito que os pleitos divulgados nas campanhas, assim como a divulgação das funções privativas dos procuradores do Estado devem chegar à sociedade. A OAB/MG também é a entidade dos advogados públicos. Quando tomei posse assumi o compromisso de inserir procuradores no Conselho Seccional e me unir a eles em seus pleitos que sem dúvida alguma são justos.

RP - Em sua gestão, a OAB/MG tem se envolvido em questões referentes a problemas da sociedade civil, exemplos da campanha em prol das vítimas das últimas enchentes e em relação ao caos que envolve a Rodovia da Morte (BR 381).

LC - Queremos cumprir com outro importante papel da OAB que é preservar pela integridade do Estado Democrático de Direito. O caso da BR 381, por exemplo, entramos com Ação Civil Pública para obrigar o Governo Federal a agir neste sentido e

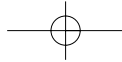
ainda estamos lutando por isso. É um absurdo que milhares de vidas sejam perdidas, ano após ano, por causa das péssimas condições de uma rodovia que é de responsabilidade do Executivo federal. Enquanto pudermos agir vamos fazê-lo em defesa do cidadão, que paga seus impostos e não vê investimentos em setores prioritários. Já em relação às enchentes, fizemos uma campanha para arrecadar donativos para amenizar o sofrimento das famílias. Porém, é de responsabilidade das autoridades prevenirem tais tipos de tragédias.

RP - Em recente avanço, os procuradores do Estado conseguiram o direito de exercer a advocacia fora das atribuições da AGE. Qual a sua opinião em relação a isso?

LC - Considerei um importante avanço até mesmo em virtude de haver na classe procuradores que já possuíam esse direito. Isto veio para tornar equânime a situação de todos os quadros da Advocacia Geral do Estado. Outro ponto importante é que a advocacia privada torna o advogado mais versátil em sua atuação, pois, ele se envolve em outras áreas do Direito e amplia seu conhecimento.

RP - Algo que gostaria de acrescentar, presidente?

LC - Quero reiterar meu compromisso de apoio aos pleitos que a classe dos procuradores do Estado de Minas Gerais venha a fazer, obviamente em um critério de razoabilidade, como tem sido os últimos. Desejo que Minas deixe de ocupar os últimos lugares em tratamento remuneratório do país e tenho certeza de que o governador vai empreender esforços para resolver esta situação. A OAB/MG também é a casa dos procuradores do Estado.



Mosaico - Festa de Final de Ano da APEMINAS



Confraternização aconteceu no Chico Savassi



A festa aconteceu em clima de muita animação



Christiano Amaro, Juarez Raposo, Ricardo Righi, Jader Dias, João Lúcio Pinto e Roney Oliveira Jr



João Lúcio Pinto, as secretárias da APEMINAS, Alessandra Moreira e Silvia Rangel, e o tesoureiro Geraldo Ildebrando



Procurador Aposentado Anunciato Pereira Cardoso e sua esposa Aparecida Auxiliadora Cardoso.



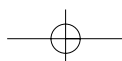
Adriano Dutra com a noiva Marina, e João Lúcio Pinto (em pé); Alexandre Diniz e Shirley Daniel Carvalho



O casal Gilvan de Pinho Tavares e sua esposa Sileda Maria Tassara Tavares



Gustavo Magalhães, João Lúcio Pinto e João Viana





Artigo

A audiência pública da saúde realizada pelo STF



**CRISTINA
ANDRADE MELO,**
procuradora do
Estado de Minas
Gerais

A participação dos cidadãos e organizações da sociedade civil no processo de formação dos atos estatais é uma tendência que se verifica nos dias atuais, decorrente, sobretudo, da necessidade de conferir legitimidade democrática à atuação pública, seja ela administrativa, legislativa ou jurisdicional.

São vários os canais de ligação possíveis entre os cidadãos e o Estado, entre os quais pode ser citada a audiência pública. Sua origem anglo-saxônica (public hearings) remonta ao direito de qualquer pessoa de ser ouvida em matéria de seu interesse (right to a fair hearing) (MOREIRA NETO, 2007: 255), o que pode ser inferido da própria etimologia da palavra, já que “audiência” vem de audire, que significa ouvir.

No Judiciário, prevista inicialmente como etapa facultativa nas ações reguladas pelas Leis n. 9.868/99 (art. 9º, § 1º) e n. 9.982/99 (art. 6º, § 1º) (ADI, ADC e ADPF) para ouvir pessoas com experiência e autoridade na matéria, a utilização da audiência pública vem se alargando, servindo para colheita de subsídios desvinculada do controle concentrado de constitucionalidade.

Até o momento, registra-se a realização de cinco audiências públicas no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a respeito dos seguintes temas: pesquisa científica com células tronco embrionárias (ADI 3.510), importação de pneus usados (ADPF 101), aborto de fetos anencéfalos (ADPF 54), saúde e políticas de ação afirmativa de acesso ao ensino superior (ADPF 186 e RE 597.285/RS).

O direito à saúde, impulsionado pela teoria do mínimo existencial, tem sido frequentemente objeto de ações judiciais que visam garantir o cumprimento de prestações positivas e individualizadas, desde a entrega de medicamentos básicos e de alto custo até a realização de exames, cirurgias e tratamentos médicos.

Atualmente vários setores do meio jurídico são acordes no mesmo sentido: é preciso superar a “era dos extremos”, na oportuna expressão utilizada por Ingo Sarlet. Se, por um lado, deve-se

afastar o entendimento da mera programaticidade do direito à saúde, por outro se faz necessário também rejeitar as decisões que concedem tudo a todos.

Aliada à importância do direito fundamental em debate, a complexidade do assunto e a pluralidade de interesses envolvidos levaram o Supremo Tribunal Federal a convocar uma audiência pública com o escopo de buscar em outros “intérpretes da Constituição” auxílio na árdua tarefa de hermenêutica dos dispositivos constitucionais que garantem o direito à saúde, estabelecendo parâmetros racionais orientadores da atuação jurisdicional que conciliem a dimensão subjetiva (individual e coletiva) com a dimensão objetiva do direito à saúde.

Ao realizar a mencionada audiência pública, o Supremo Tribunal Federal, fortemente influenciado pela doutrina de Peter Häberle, emitiu claro sinal à sociedade que não pretende monopolizar a hermenêutica constitucional relacionada à concretização de direito fundamental tão caro à sociedade como a saúde. Häberle, crítico da teoria tradicional da interpretação constitucional, propõe uma interpretação aberta e pluralista da Constituição, consentânea ao Estado Democrático de Direito e mais próxima da realidade, muitas vezes invisível aos olhos dos “intérpretes oficiais” do Estado.

Segundo Häberle, seria um “empobrecimento ou um autoengodo” restringir a hermenêutica constitucional aos intérpretes “corporativos” ou autorizados jurídica ou funcionalmente pelo Estado.” (2002: 34).

O próprio Min. Gilmar Mendes admite que a propalada “judicialização do direito à saúde” tomou tamanha proporção nos dias atuais que passou a envolver, para além dos operadores do direito, “os gestores públicos, os profissionais da área da saúde e a sociedade civil como um todo”. Não se trata, por certo, de transferência do poder decisório, mas sim de influência que os intérpretes da Constituição exercem sobre o órgão estatal responsável pela prestação jurisdicional. Vale dizer: a participação ocorre por meio da influência que os cidadãos e a sociedade civil trazem para o debate, e não da transferência em si do poder decisório.

De fato, os “intérpretes da Constituição” ouvidos no decorrer da audiência pública – ao todo cinquenta especialistas, entre advogados, defensores públicos, promotores e procuradores de justiça, magistrados, professores, médicos, técnicos de saúde, gestores, usuários do sistema

único de saúde e associações organizadas da sociedade civil – permitiram ao Supremo Tribunal Federal elevar o debate a uma perspectiva mais ampla e ponderar todos os interesses relevantes que se encontram presentes na atual sociedade complexa e pluralista.

Essa constatação se revela da maior importância, porquanto a interpretação constitucional é “uma atividade que, potencialmente, diz respeito a todos”, nos dizeres de Häberle (2002: 24).

Assim, aos poucos a audiência pública vem se firmando como importante instrumento possibilitador de uma interpretação pluralista e procedimental da Constituição, tal como proposto por Peter Häberle. Com Gilmar Ferreira Mendes, “é possível afirmar que a Jurisdição Constitucional no Brasil adota, hoje, um modelo procedimental que oferece alternativas e condições as quais tornam possível, de modo cada vez mais intenso, a interferência de uma pluralidade de sujeitos, argumentos e visões no processo constitucional” (2008/2009).

Meses após o término da audiência pública da saúde, o Supremo Tribunal Federal julgou algumas suspensões de tutela antecipada levando em conta as experiências e os dados colhidos na audiência pública sobre o direito à saúde por meio dos novos intérpretes da Constituição, e pôde, assim, traçar alguns parâmetros objetivos e racionais a serem aplicados em demandas judiciais visando a dispensação de medicamentos ou tratamentos de saúde pelo SUS, de modo a aliviar as tensões criadas pela propalada “judicialização da saúde”.

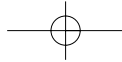
BIBLIOGRAFIA:

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional: A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: Contribuição para a Interpretação Pluralista e “Procedimental” da Constituição*. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002 (reimp.).

MENDES, Gilmar Ferreira e DO VALE, André Rufino. *O pensamento de Peter Häberle na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Observatório da Jurisdição Constitucional*. Brasília: IDP, Ano 2, 2008/2009.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Mutações do Direito Administrativo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

- 1 Pesquisa realizada no site www.stf.jus.br em 25 nov. 2010.
- 2 Embora desvinculada de um processo de controle abstrato de constitucionalidade, as informações colhidas na audiência pública da saúde “servem para a instrução de qualquer processo no âmbito do Tribunal que discuta matéria relativa à aplicação de normas constitucionais em tema de saúde pública” (MENDES, 2008/2009).
- 3 Extraído da exposição proferida por Ingo Sarlet na Audiência Pública sobre o direito à saúde, em 27/04/2009.
- 4 A Audiência Pública foi realizada entre os dias 27 de abril e 7 de maio de 2009 no STF.
- 5 Trecho extraído do voto proferido pelo Min. Gilmar Mendes na STA 175 Agr.



Fortalecimento

APEMINAS retorna à mídia com mais uma campanha

Já está sendo veiculada a nova campanha da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (APEMINAS). Em mídias de backbus (traseiras de ônibus), outdoors, cartazes e rádios, as peças reforçam, com as frases “*Cobrar imposto de quem não paga é defender quem paga*” e “*A defesa do Estado preserva o dinheiro público*”, duas das principais funções institucionais dos advogados públicos. O mesmo acontece nos anúncios de rádio com o objetivo de reforçar perante a sociedade a importância da atividade dos procuradores e demonstrar ainda o crescimento da Associação.

O mote desta campanha seguiu diretriz da primeira publicidade veiculada pela APEMINAS, quando foi lançado o slogan “*Procuradores do Estado. Defendendo Minas. Defendemos Você*”. Segundo o presidente, João Lúcio Martins Pinto, “2011 será um ano importante para a valorização da Associação quanto da carreira inclusive com a realização do Congresso Nacional da classe em Belo Horizonte e, desta forma, estar presente na mídia e reforçar a marca da Associação é fundamental. “Voltamos com esta campanha para mostrar novamente à sociedade o quanto somos importantes”, frisou.

Os spots estão presentes nas rádios CBN e Band News, os anúncios de ônibus em oito linhas que circulam nos principais corredores da capital mineira e os quatro pontos de outdoors afixados nas Avenidas Raja Gabaglia (subida do Batalhão do Exército), Pedro I (sentido centro próximo à Vila Olímpica), Cristiano Machado (sentido Centro Administrativo, após o trevo do bairro Dona Clara) e na Rua José Rodrigues Pereira (Bairro Buritis, próximo ao Uni-BH). Até o fechamento desta edição os outdoors ainda estavam veiculados.



Novamente, foram veiculadas mensagens nas traseiras dos ônibus

Mural da APEMINAS

CONFIANÇA E ESPERANÇA

É um misto destes dois sentimentos que ocupa o espírito dos procuradores do Estado de Minas Gerais desde a eleição do governador Antonio Anastasia, recentemente empossado. Confiança na contínua evolução do relacionamento entre a AGE e o governo, e esperança de que o governador resolva de forma definitiva a aflitiva e angustiante situação remuneratória da carreira e dos aposentados. Oxalá!

CONGRESSO 2010

Sucesso absoluto. Assim se pode resumir o XXXVI Congresso Nacional de Procuradores do Estado, “Advocacia Pública e os Novos Paradigmas Jurídicos”, realizado entre os dias 16 a 19 de novembro de 2010, em Maceió/AL. O Congresso contou com a presença de procuradores de quase todos os Estados do país, painéis de excelentes níveis, com temas atuais e de grande relevância para a categoria, além da defesa de várias teses. Terminou com a escolha de Belo Horizonte para sediar o XXXVII Congresso Nacional de Procuradores do Estado, em eleição marcada pelo apoio maciço dos outros estados, a quem a APEMINAS agradece a confiança e o espírito de classe demonstrados.

CONGRESSO 2011

E para não decepcionar os mais de 20 estados que votaram em Belo Horizonte para sediar o XXXVII Congresso Nacional de Procuradores do Estado, os trabalhos já foram iniciados. A Comissão Científica do evento, composta pelos procuradores do Estado Luísa Cristina Pinto Netto, Alessandro Castelo Branco, Lyssandro Norton Siqueira e Jaime Nápoles Villela definiu em conjunto com a diretoria da APEMINAS o tema: *Advocacia Pública, Eficiência Administrativa e Resultados Sociais*. Os trabalhos estão intensos na definição das conferências e painéis, cujo nível tem tudo para ser de excelência.

CONGRATULAÇÃO

A APEMINAS congratulasse com o associado Barney Bichara que, segundo fontes do Superior Tribunal de Justiça, teve sua aula de Direito Administrativo, sido distinguida em 1º lugar no Ranking 2011 da TV Justiça (Programa Saber Direito), com quase 150.000 acessos!!!

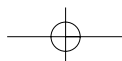
PRÊMIO IBAP DE LITERATURA JURÍDICA

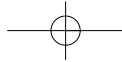
Estão abertas as inscrições até a data de 27 de abril de 2011 para o Prêmio IBAP de Literatura Jurídica. O texto

inédito deve ser enviado para o endereço secretaria@ibap.org. O vencedor será premiado com a publicação da obra e o financiamento de viagem para Bento Gonçalves, onde será realizado o lançamento do livro e a entrega de láurea, por ocasião do 15º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública e do 3º Congresso Sul Americano de Direito do Estado. A monografia deverá ter, no mínimo, 60 páginas, até o limite de 200, sem contar bibliografia, capa, sumário e eventuais apêndices. Sendo que a participação é aberta a quaisquer interessados, associados ou não, inclusive estudantes de graduação.

PÓS-GRADUAÇÃO

O IDDE - Instituto para o Desenvolvimento Democrático em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, neste primeiro semestre de 2011, está com inscrições abertas para os seguintes Cursos: Direito Constitucional, Direito do Trabalho e Direito Processual Civil. Demais detalhes poderão ser obtidos no site http://www.institutodemocratico.com.br/pos_graduacao.html, com descontos exclusivos aos nossos associados.





Nas montanhas de Minas vive uma gente apaixonada pelo receber bem, pela prosa agradável, pelo respeito ao próximo e por um amor incondicional a sua terra.

É nessa mineiridade que a Minas Gerais Leilões busca inspiração para enfrentar o desafio de crescer com credibilidade, com cuidado e respeito aos seus parceiros e clientes e, principalmente, com paixão.

Às vésperas de um novo ano, a família Minas Gerais Leilões deseja a você e sua família uma montanha de paz, saúde e prosperidade.

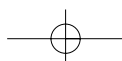


Serra de São José - Tiradentes - MG - Foto: Alan Lima



Uma montanha de bons negócios.

(37) 3243 6174 – (37) 3242 2001
www.minasgeraisleiloes.com.br



Eles não serão esquecidos

Situação precária dos inativos permanece a mesma e governo não dá respostas

Um antigo problema ainda aflige a classe de procuradores do Estado de Minas Gerais: a situação remuneratória dos aposentados. A garantia concedida pela Constituição Federal e do Estado em relação à isonomia de vencimentos entre ativos e inativos não tem sido respeitada. Exemplo desta “perversa” política adotada pelo Governo de Minas em relação aos aposentados foi a criação de mais uma classe na carreira e a readequação do vencimento de cada uma delas. Nesta égide, os aposentados ficaram um nível abaixo em relação aos ativos. Ou seja, exatamente por serem aposentados, não podem ser promovidos à classe criada.

Antes composta por três classes – 1ª, 2ª e a especial, os que se aposentaram nesta última classe não poderão chegar à 4ª criada em virtude de lei estadual e jamais terão vencimento igual aos procuradores da ativa que foram promovidos ao final da carreira atual.

Segundo o diretor dos aposentados da Associação dos Procuradores do Estado (APEMINAS), Gilvan Pinho Tavares, é semelhante o que o Governo Estadual faz com os aposentados ao que o Governo Federal pratica em relação aos inativos da Previdência Social, quando da criação do fator previdenciário. “Isto foi uma espécie de redutor de proventos, pois veio corroer, com o passar do tempo, o valor da aposentadoria. Os que conseguiram, com muito sacrifício, contribuir durante 35 anos ou mais, com o máximo que lhes era permitido, para conseguir se aposentar com dez salários mínimos, com o correr dos anos tinham sua aposentadoria reduzida a um ou dois salários”, afirma.



A APEMINAS tem se reunido com os aposentados para buscar soluções junto ao Governo

O presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto, ressalta que a gestão conhece a realidade das condições de aposentadoria dos procuradores e inclui, em suas prioridades, entre outras, a luta por condições remuneratórias dignas para todos. “A aposentadoria não tem o dom de fazer com que se esqueça da contribuição que todos trouxeram às atividades públicas por todo o tempo de exercício do cargo e na hora da ociosidade com dignidade, a remuneração se reduz a 1/3 do que quando da ativa. Sendo incompatível com a dignidade da pessoa humana que, na hora que mais se precisa da estabilidade, a remuneração seja reduzida a tal patamar”, lamenta.

Um receio apontado por Gilvan Pinho Tavares é de que, no futuro, o governo aprove outras leis criando novas classes na carreira da Advocacia Geral do Estado, o que viria a funcionar exatamente como o fator previdenciário criado na esfera da Previdência Social e, assim, os proventos dos procuradores

aposentados ficassem estagnados. Segundo ele, um grupo de aposentados ingressou em juízo com um mandado de segurança para que lhes fosse reconhecido o direito de serem posicionados na classe final da carreira criada pela nova lei estadual e obtiveram decisão favorável do Tribunal de Justiça. “Estes aposentados estão recebendo com isonomia com os procuradores da ativa posicionados na classe final da nova lei. O Governo do Estado, no entanto, não estendeu aos demais aposentados este benefício”, conta.

Confiança no atual governo

Entre a classe de procuradores, tanto da ativa quanto dos inativos, há esperança de dias melhores com o Governo de Antonio Anastasia. Para Gilvan, existe a expectativa de que o governo resolva definitivamente não só a questão remuneratória dos aposentados, como também, a dos procuradores que estão na ativa. “O governo se mostrou

sensível ao apelo dos advogados públicos da ativa, através da garantia de um valor mínimo para os honorários da sucumbência. Isto atende em parte os anseios dos da ativa. Mas não se apresenta como solução definitiva. Mesmo porque os procuradores da ativa um dia irão se aposentar e não poderão levar para a aposentadoria os honorários da sucumbência. Mesmo em caso de invalidez permanente, ou de uma morte prematura, não irão se beneficiar da verba honorária. Da mesma forma, os honorários da sucumbência não integrarão a pensão dos seus dependentes”, pondera.

Por fim, Gilvan lembra que já presidiu a Associação dos Procuradores, na época chamada APROC, e já enfrentou muitas situações semelhantes. “Fazíamos movimento na Assembleia e apresentávamos projetos visando a melhoria de vencimento da classe e isto nunca surtiu efeito, pois os projetos ficavam emperrados. Só andavam aqueles de iniciativa do governo. Por isto, não vejo dificuldade que o Anastasia possa vir a ser convencido de mandar integrar ao vencimento dos procuradores da ativa a gratificação referente à verba mínima dos honorários de sucumbência, com o que estaria resolvendo, também, a questão remuneratória dos aposentados. Para tanto precisaremos do apoio do advogado-geral do Estado para levar nossa reivindicação ao governador, mesmo porque é integrante da carreira e sempre foi dos que mais batalharam para que os procuradores em Minas Gerais não tivessem remuneração inferior aos dos demais estados da federação”, conclui.